

Informe Econômico

A dívida externa, segundo Paulo Lira

SE, em lugar de transferir aos seus credores cerca de 12 bilhões de dólares anuais de seu superávit comercial, o Brasil retiver 4 a 5 bilhões, utilizando-os no aumento de importações, o PNB poderá crescer a uma taxa de 7 a 8% anuais, a expansão monetária poderá ser contida e o país acumulará condições de efetivamente pagar sua dívida externa em 20 anos, a partir de 1992.

Estes são os pontos básicos do modelo que vem sendo defendido pelo ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, e que, total ou parcialmente, vem encontrando certa acolhida nas áreas governamentais.

Quando Paulo Lira foi presidente do Banco Central, na gestão do Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, o diretor da Área Externa do BC era precisamente o Sr. Fernão Bracher, que hoje ocupa a Presidência. Outros integrantes do Governo são seus amigos ou compartilham de algumas de suas idéias.

Paulo Lira sustenta que com os esquemas até agora cogitados para o reescalonamento da dívida há somente uma constante: ninguém acredita que o país tenha realmente condições de pagar a dívida. As discussões que foram até agora travadas tiveram sempre um único objetivo: saber se o país poderia pagar o serviço da dívida no ano em curso. Ninguém, realmente, demonstrou que transferindo ao exterior todo o seu atual superávit comercial o país estaria criando caminho para ter condições de no futuro pagar o principal.

O esquema de Paulo Lira pressupõe que o país tenha coragem de, "como devedor soberano", convencer seus credores a admitir a suspensão total do pagamento dos juros durante cinco anos. O país, durante este período, depositaria em um **sinking fund**, administrado pelos seus próprios credores, cerca de 7 a 8 bilhões de dólares.

Mas não se trata de uma moratória: o Brasil apresentaria aos seus credores e ao próprio FMI um programa econômico de abrangência muito maior do que qualquer carta de intenção e se comprometeria a reunir-se com eles, discutir e prestar contas, semestralmente. No espaço entre as reuniões, o próprio Governo brasileiro realizaria um cuidadoso "automonitoramento".

O programa brasileiro deveria se caracterizar por uma política de crescimento da ordem de 7 a 8% anuais e com uma desvalorização real do cruzeiro frente ao dólar, como forma de incentivo ainda maior às exportações. Estas, que hoje representam cerca de 10% do PIB, deveriam se elevar a cerca de 15% até o oitavo ano. As importações seriam beneficiadas pela possibilidade de reduzir em 4 a 5 bilhões de dólares o superávit comercial, mas seriam mantidas aproximadamente à razão de 7 a 8% do PIB.

Paulo Lira acredita que seria difícil, mas não impossível, que com esse esquema os banqueiros tivessem — o que hoje não acontece — segurança de receber de volta os seus créditos. Mas seria necessário fazer uma "mobralização" dos bancos credores, mostrando onde eles teriam vantagem no novo programa.